

AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA EM ISABELA FIGUEIREDO E JUDITE CANHA FERNANDES

Penélope Eiko Aragaki SALLES*

- **RESUMO:** Ao longo dos séculos, a violência foi minimizada e aceita pela sociedade, e isso não foi diferente na história recente de Portugal. Após o 25 de Abril, o país passou por um período de instabilidade econômica, social e política e teve que enfrentar os processos de independência de suas antigas colônias em África, que após anos de lutas e conflitos conseguiram finalmente a liberdade. Este artigo pretende mostrar como algumas práticas violentas nessas antigas colônias, especificamente em Moçambique e no arquipélago de Cabo Verde, foram toleradas e naturalizadas pela sociedade portuguesa, e relativizar o mito do português não-racista e cordial que ainda vigora hoje. Dessa forma, propomo-nos a analisar duas obras literárias portuguesas contemporâneas que retratam esse período: *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, e o romance *Um passo para sul* (2018), de Judite Canha Fernandes.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Literatura portuguesa contemporânea. Violência. Isabela Figueiredo. Judite Canha Fernandes. Autoria feminina.

Introdução

A violência é um elemento constitutivo da sociedade e, de acordo com Judith Butler (2021, p. 23) “a violência é sempre interpretada”. Isso significa que a violência não é uma entidade objetiva e universalmente compreendida, mas sim algo que é moldado e percebido de maneira subjetiva, dependendo do contexto e do quadro de referência em que ocorre. A autora ressalta que diferentes pessoas e grupos podem interpretar a mesma ação como violenta ou não-violenta com base em suas perspectivas individuais.

A percepção da violência é complexa, não se constitui apenas da contabilização de atos pretensamente violentos como a atos físicos diretos, como um soco ou um golpe. As estruturas econômicas e legais também podem ser consideradas formas de violência, pois elas afetam corpos e vidas, mesmo que não se manifestem em

* Doutoranda em Estudos de Literatura. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Faculdade de Letras – Departamento de Letras. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – penelope.eiko@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

violência física imediata. A ideia de que a violência pode se manifestar através de estruturas sociais ou sistemas, como o racismo sistêmico, é central no pensamento da filósofa (Butler, 2021).

Hannah Arendt (1994), em suas reflexões sobre a violência, argumenta que a violência é a manifestação mais evidente do poder, enfatizando que o poder é um instrumento de dominação de um indivíduo sobre outro. Poder, força, autoridade e violência são termos interligados, pois todos representam os meios pelos quais os seres humanos governam uns aos outros. No entanto, ela distingue entre poder e violência, apontando que embora eles frequentemente coexistam nas sociedades, não são a mesma coisa (Arendt, 1994).

Segundo a autora (1994, p. 32), “O poder é realmente parte da essência de todo governo, mas o mesmo não se dá com a violência. A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca”, enquanto o poder não precisa de justificativas, mas sim de legitimidade.

Em contrapartida, Judith Butler lança um olhar crítico sobre a instrumentalização da violência, destacando a complexidade de sua utilização como meio para atingir objetivos específicos. Ela alerta para os riscos inerentes à violência, incluindo a possibilidade de que ela possa sair do controle e perpetuar um ciclo de destruição (Butler, 2021).

Em *Topologia da violência*, Byung-Chul Han (2021) oferece uma análise profunda da evolução da violência na sociedade, desafiando-nos a refletir sobre as complexas interações entre a violência, a psicologia individual e a estrutura social.

O filósofo examina as transformações históricas da violência e suas manifestações atuais. Ele destaca o deslocamento da violência da esfera pública para a privada e a crescente internalização desse fenômeno. No passado, a violência era aberta e visível na sociedade, mas na Idade Moderna, ela perdeu sua legitimidade e passou a ocorrer longe do público.

(...) É como se ela fosse sendo desprovida de todo e qualquer *palco*. As execuções acontecem em espaços aos quais o público em geral não tem acesso; a violência do homicídio já não é colocada sob visibilidade. Como expressão dessa mudança topológica também podemos citar os campos de concentração, que já não são palco que encena a violência homicida, localizada principalmente nas periferias. O palco da violência de sangue, que marca a sociedade da soberania, dá lugar à câmara de gás exangue, sem despertar a atenção do público em geral. Em vez de uma encenação ostentatória a violência se esconde *envergonhada*. É bem verdade que continua a ser exercida, mas é retirada da encenação pública. Não chama atenção sobre si mesma: falta-lhe qualquer tipo de linguagem e simbologia. Ela não anuncia nada; realiza-se como uma aniquilação sem linguagem, muda (Han, 2021, p.19-20).

Byung-Chul Han argumenta que a violência contemporânea é invisível e se dissemina como um vírus, operando muitas vezes sem um agressor visível. Uma das mudanças mais significativas é a internalização da violência na psique das pessoas, pois, “(...) ela provê mecanismos para que o sujeito de obediência internalize as instâncias de domínio exteriores transformando-as em parte componente de si. Com isso, exerce-se o domínio com muito menos desgaste” (Han, 2021, p. 23-24), levando à autoagressão e ao conflito intrapsíquico. O autor também menciona a violência simbólica e como a tecnologia de dominação utiliza a internalização da coerção.

Na sociedade contemporânea, o sujeito de desempenho está envolvido em autoexploração intensa, o que pode levar ao *burnout* e ao aumento da autoagressividade, incluindo casos extremos de suicídio (Han, 2021).

Literatura e violência

Em *Crítica em tempos de violência*, Jaime Ginzburg (2017) afirma que a literatura desempenharia um papel crucial na expressão e no processamento do impacto traumático de experiências violentas, com particular ênfase nos períodos em que vigoravam regimes autoritários. Embora a violência fosse aplicada de forma sistemática e planejada nestes períodos, ela não se restringia a essas épocas, estaria presente ao longo de toda a “era dos extremos”. Inclusive, vários autores buscaram, através de suas obras, lidar com esses episódios, compartilhando uma busca conjunta por compreender os “traumas coletivos”. (Ginzburg, 2017).

Podemos dizer que uma maneira possível de compreender uma sociedade e seus traumas seria observar a sua produção literária. Ao se debruçar sobre o que foi escrito sobre ela, inevitavelmente encontraremos elementos que, se não explicam, ao menos dizem muito sobre as tradições, os costumes e as ideologias das pessoas dessa sociedade.

Com essa convicção em mente, nos propomos a analisar como algumas práticas violentas nas antigas colônias africanas, especificamente em Moçambique e no arquipélago de Cabo Verde, foram toleradas e naturalizadas pela sociedade portuguesa e relativizar o mito do português não-racista e cordial que vigora até hoje. Dessa maneira, nos propomos a analisar duas obras literárias portuguesas contemporâneas que abordam essas temáticas: *Caderno de memórias coloniais* (2018), de Isabela Figueiredo e *Um passo para sul* (2019), de Judite Canha Fernandes.

Porradas pedagógicas

Ao retratar a violência em períodos notoriamente atroz e desumanos devido a guerras, Jaime Ginzburg observa que

Ao mesmo tempo que não cabe representá-la de forma superficial e direta, para não trivializá-la nem reduzi-la, é necessário reinventar a linguagem para elaborar condições de lidar com o que foi vivido. (...) a presença em uma obra de cenas de violência não poderia ser lida fora de um contexto histórico (Ginzburg, 2017, p.83).

Ao analisarmos a violência nas relações entre os indivíduos, não podemos ignorar o contexto em que ela acontece e quais são as relações de poder que a permeiam. É preciso levar em consideração esse ponto ao examinar o *Caderno*¹, que aborda episódios ocorridos no período colonial em Moçambique e logo após a Revolução dos Cravos, momentos em que a violência desempenha um papel complexo.

Baseado nas memórias da escritora Isabela Figueiredo² (2018), o *Caderno* reúne pequenos textos publicados anteriormente no blog da autora, *O mundo perfeito*. O livro apresenta um relato autobiográfico de sua infância em Moçambique na década de 70 do século XX, período em que o país ainda era uma colônia portuguesa, e descreve um acerto de contas com a figura de seu pai e com o seu passado colonial.

Margarida Calafate Ribeiro (2012) considera que o *Caderno* oferece uma grande novidade ao lançar um novo olhar sobre o colonialismo português:

(...) não mais a partir do olhar de quem mal ou bem o protagonizou, ora como filho de administrador colonial, ora como antigo colono, ora como miliciano do exército colonial em África, mas a partir da memória do olhar de uma criança que, ao mesmo tempo que acorda para o mundo, e chora como todas as crianças choram quando percebem o mundo, acorda também para a realidade do colonialismo, personificado na complexa, amada e odiada, figura do pai (Ribeiro, 2012, p. 92-93).

¹ Para fins de fluidez textual, adotaremos simplesmente o *Caderno* ao nos referirmos à obra *Caderno de memórias coloniais*.

² A escritora Isabela Figueiredo, considerada uma das vozes mais originais e poderosas da literatura portuguesa contemporânea, tornou-se conhecida do grande público ao publicar o *Caderno de memórias coloniais* (2009). Nasceu em Lourenço Marques, atual Maputo, em Moçambique em 1963 e, aos 12 anos, mudou-se para Portugal. Licenciada em Línguas e Literaturas Lusófonas pela Universidade Nova de Lisboa, possui uma especialização em Estudos de Gênero pela Universidade Aberta de Lisboa. Além de escritora, atuou também como jornalista e professora. Publicou o seu primeiro livro *Conto é como quem diz* em 1988 e ganhou o prêmio na Mostra Portuguesa de Artes e Ideias. Em 2017, venceu o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues com *A gorda*. Após o sucesso deste romance, a autora publicou sua obra mais recente, *Um cão no meio do caminho*, que a estabelece como uma das grandes escritoras portuguesas da atualidade. Em 2023, Figueiredo esteve no Brasil para o lançamento da edição brasileira de *Um cão*, pela editora *todavia*.

Ao acompanhar a trajetória de Isabela, entramos em contato com as desigualdades sociais e culturais de um país marcado pelas fraturas deixadas pelo colonialismo português e por décadas de segregação racial. Neste sentido, o *Caderno* pode

(...) aparentemente ser enquadrado na série de livros que, publicados a partir dos anos 2000, se propõem a reler o fim do percurso colonial português, tendo como referência a ótica dos retornados. Todavia, já em seu princípio, somos levados a perceber que o livro ultrapassa em muito essa proposta, seja por acenar nitidamente para um acerto de contas com a memória do pai, seja por, até mesmo em virtude dessa primeira proposta, mostrar-se avesso a uma visão inocente ou festiva do que foi a experiência colonial portuguesa, investindo na ironia como instrumento político de crítica e análise (Jorge, 2015, p. 54).

Dado o contexto geográfico e histórico, a narradora relata em sua obra vários episódios de racismo presentes no cotidiano: “Um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre brancos e pretos era equivalente à que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais” (Figueiredo, 2018, p. 59).

Esta passagem aborda de forma contundente e crítica uma visão profundamente racista e preconceituosa que existia na sociedade em que Isabela cresceu. Esse é um exemplo de como o racismo pode levar à desumanização de pessoas com base na cor da pele, colocando os brancos em um patamar superior e os negros em um patamar inferior.

Em sua tese de doutorado *As várias faces do colono português em Caderno de memórias coloniais e Crônica da Rua 513.2*, Cinthia Belonia (2019) considera que “(...) a violência imposta ao colonizado por parte do colono³ se baseava, principalmente, no racismo. Os portugueses realmente acreditavam que seus colonizados eram um povo inferior a eles e, por isso, não tinham os mesmos direitos e não poderiam ascender nunca” (Belonia, 2019, p.16).

É importante notar que a passagem é narrada em primeira pessoa, o que sugere que Isabela está compartilhando essas reflexões como parte de sua própria jornada de consciência e compreensão do racismo. Ela está questionando e condenando essa visão racial que foi inculcada em si desde a infância. Cabe ressaltar que:

³ De acordo com Cinthia Belonia, há uma distinção entre o colonizador, responsável por promover ou realizar a colonização, e o colono, aquele inserido em um local para povoar, explorar, conviver e ser membro da colônia. A pesquisadora destaca que as pessoas que migravam das áreas metropolitanas para as colônias portuguesas em África, na segunda metade do século XX, em busca de uma vida melhor, não eram consideradas colonizadoras, mas sim colonas. Isso evidencia uma nuance importante nas dinâmicas coloniais (Belonia, 2019, p.15).

(...) o racismo presente no romance não pertence ao pensamento da narradora. Trata-se, na verdade, da reprodução das conversas tidas entre os personagens adultos, então colonos de Lourenço Marques, que eram ouvidas pela menina sempre atenta (Belonia, 2019, p.88).

De maneira similar, percebemos em diversas passagens de o *Caderno*, a desigualdade de poder existente na sociedade colonial, onde os brancos tinham o controle e a autoridade sobre os negros, como no excerto a seguir:

(...) preferia andar ele sozinho a tomar conta das suas inúmeras obras, por onde deixava os seus inúmeros pretos. Tinha doze no prédio da 24 de Julho, mais vinte no Sommershield, mais sete numa vivenda na Matola...e corria a cidade, o dia inteiro, de um lado ao outro, a controlar o trabalho da pretalhada, a pô-los na ordem com uns sopapos e uns encontrões bem assentes pela mão larga, mais uns pontapés, enfim, alguma porrada pedagógica, o que fosse necessário à fluidez do trabalho, cumprimento dos prazos e eficaz formação profissional indígena (Figueiredo, 2018, p. 43).

Esta passagem do romance destaca a violência física e emocional que o pai da narradora exercia sobre os trabalhadores negros, bem como a exploração econômica associada a essa violência. A “porrada pedagógica” é apresentada como uma ferramenta para manter os trabalhadores em linha e garantir a eficiência do trabalho. Essa violência injustificável reflete a estrutura opressiva da época, onde os negros eram frequentemente tratados como subalternos e sujeitos à vontade dos colonos brancos.

Cinthia Belonia destaca a importância de reconhecer que os colonos eram elementos ativos no sistema colonial e, portanto, não deviam ser isentos de responsabilidade pela colonização. Embora não fossem responsáveis integralmente por um sistema que causou violência, caos e destruição nos antigos territórios ultramarinos de Portugal, cada colono contribuiu de alguma forma para esse impacto. Portanto, cada um deles teve sua parcela de responsabilidade (Belonia, 2019, p. 16).

O mito da branda colonização sustentado até recentemente em Portugal é controverso. A missão histórica de colonizar mais do que uma carga do homem branco, de acordo com Fernando Rosas (1995), seria um “‘fardo do homem português’, inerente à sua ‘natureza’, à gênese da nacionalidade – ela própria um processo integrador de várias ‘raças’ sob os ideais da fé cristã e da ‘portugalidade’ – e ao condicionalismo geográfico que a acompanhara” (Rosas, 1995, p.23).

Cinthia Belonia considera que “A crença nesse fardo nada mais era que um pretexto para dominar territórios, explorar riquezas e escravizar os povos dos territórios dominados” (Belonia, 2019, p. 50). Sob esse pretexto, práticas atroz

e cruéis foram perpetradas, como o trabalho forçado, a imposição de castigos, e a violência moral, física e sexual contra os colonizados.

Conforme evidenciado nos excertos apresentados, o colono, neste caso, o pai de Isabela, subjugava os colonizados com a intenção de “estimular a decência, a integridade e o respeito na população negra”, alegando assim “a nobreza” da missão civilizatória do homem português.

Silvio Renato Jorge (2015) afirma que:

(...) somos levados a (re)conhecer os meandros da experiência colonial portuguesa e a identificar a impossibilidade orgânica de uma “colonização suave”, de feição distinta das demais, mesmo a considerarmos as especificidades que caracterizam cada contexto (Jorge, 2015, p. 56).

Os brancos iam às pretas

Ao longo da narrativa, podemos identificar diversas passagens que ilustram o processo de desumanização das pessoas negras, em especial das mulheres, como no excerto abaixo:

As pretas tinham a cona larga, diziam as mulheres dos brancos, ao domingo à tarde, todas em conversa íntima debaixo do cajueiro largo, com o bandulho atafalhado de camarão grelhado, enquanto os maridos saíam para ir dar a sua volta de homens, e as deixavam a desenferrujar a língua, que as mulheres precisam de desenferrujar a língua umas com as outras. [...] As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como os animais (Figueiredo, 2018, p. 34).

No trecho citado, através da conversa das mulheres brancas, a narradora descreve as mulheres negras de maneira degradante e cruel, associando-as a animais. Essa associação revela uma tentativa de negar-lhes a humanidade, reduzindo-as a meros seres guiados por instintos naturais, como o desejo sexual e a busca pela sobrevivência. Esse processo de desumanização é uma tática de desvalorização que contribui para justificar sua exploração sexual e tratamento brutal pelos colonos brancos.

É importante destacar que, embora as mulheres fossem oprimidas pelo sistema colonial, havia diferenças sociais entre elas. As mulheres brancas, apesar de sujeitas às regras e controle dos maridos, usufruíam de privilégios e benefícios de sua condição social como colonas. No entanto, muitas delas reproduziam as mesmas relações de poder e violência dos homens brancos, rebaixando e subjugando as

mulheres negras. Isso demonstra como a opressão e o racismo eram disseminados em várias camadas da sociedade colonial.

Cinthia Belonia afirma que “A narradora de Caderno de memórias coloniais tem necessidade de contar o que se passou em Moçambique, no espaço por ela habitado, porque lutar contra o esquecimento é também lutar contra a repetição da violência, que ainda se reproduz” (Belonia, 2019, p. 22-23).

De acordo com a pesquisadora, ao revisitar o período da colonização em Moçambique, a narradora oferece uma perspectiva única daqueles que viveram durante o domínio colonial. Apesar da aspiração por imparcialidade no discurso histórico, Figueiredo destaca que ele é inerentemente subjetivo. Ao abordar a colonização, ela também faz escolhas seletivas sobre o que contar, mas se diferencia de outros autores pela abordagem destemida e sem constrangimentos ao admitir suas próprias perdas e vulnerabilidades. Essa atitude destaca a autenticidade e singularidade da narrativa da autora em relação a outras abordagens históricas (Belonia, 2019, p. 27).

O tempo dos brancos tinha acabado

Portugal tinha a convicção de que “o seu lugar no mundo era assegurado” (Lourenço, 1999, p. 132) e, depois da Revolução dos Cravos, viu os seus planos de império e nação caírem por terra⁴. O país passou por um período de instabilidade econômica, social e política e teve que enfrentar os processos de independências de suas antigas colônias em África. No entanto, a luta e os desafios persistiram mesmo com a retirada das forças portuguesas.

Com as independências, grupos outrora explorados, subalternizados e humilhados pelos portugueses demonstraram o seu descontentamento ao fazer famílias inteiras de reféns, ao usar a tortura e execuções como meio de intimidá-las e subjugar-las. Com medo de represálias, os pais de Isabela decidem enviá-la sozinha para a metrópole, onde ela nunca havia estado para que ficasse sob os cuidados da avó paterna.

O que o meu pai pretendia que eu contasse era o caos em que se transformara a descolonização, a vida ameaçada a cada segundo, o risco físico, constante, real, de não saber se se conseguiria voltar à casa, depois de sair. O que ele queria

⁴ As guerras, com seus excessos, sofrimento, cansaço e absurdos, minou as bases do regime salazarista, que estava ligado à ideia de império e nação. Sem contar que a mobilização de mais de 1 milhão de portugueses para a guerra, as cartas e notícias vindas da frente, bem como as histórias dos militares que retornaram, tudo isso expôs a dura realidade do conflito, corroendo o discurso de sacrifício e abnegação do regime, contribuindo significativamente para a queda do regime salazarista em 25 de abril de 1974 (Proença, 2022, p. 121).

que eu contasse era apenas uma parte de um gigantesco todo (Figueiredo, 2018, p. 150).

Nesta passagem, o pai da narradora deseja que ela conte sobre o caos resultante da descolonização, destacando a gravidade da situação. A fala sugere que a descolonização não foi um processo tranquilo, mas sim uma transição tumultuada e perigosa para muitos portugueses que estavam nas antigas colônias. O relato destaca a complexidade das experiências e perspectivas dos portugueses nesse período, bem como a dificuldade da narradora de contar a história de maneira completa e justa, abordando todos os aspectos, incluindo os eventos violentos que ocorreram durante naquela época de mudanças. Os portugueses que conseguiram fugir, e que ficaram conhecidos por “retornados”⁵, sofreram uma série de privações no próprio país de origem, como será o caso de Isabela.

Ao analisar a obra de Isabela Figueiredo, Silvio Renato Jorge destaca duas características importantes: a primeira consiste no

(...) fato de recuperar cenas, imagens, resquícios de características do fato colonial que são destacadas em boa parte das reflexões teóricas sobre o tema: fala-se de sexualidade, de racismo, do mito civilizatório. A segunda é a presença vigorosa de um eu discursivo que reconhece sua inevitável parcela de responsabilidade nesse processo, ainda que involuntária, e não se permite a omissão da violência intrínseca ao fato, violência essa que reverbera na seleção das palavras e na agudeza irônica com que desvela a fala do colonizador (Jorge, 2015, p. 56).

Como Portugal tinha “descoberto” o mundo

Em *Um passo para sul*, romance vencedor do Prêmio Agustina Bessa-Luís em 2018, podemos notar que há uma engenhosa elaboração na narrativa que, apesar do enredo simples, amarra e constrói os capítulos astutamente. A obra de Judite Canha Fernandes⁶ (2019) apresenta o entrecruzamento das histórias de quatro personagens:

⁵ “O conceito de retornado parece, assim, iludir as experiências de quem dessa forma foi classificado e a procura de outras designações – ‘deslocados do Ultramar’, ‘desalojados’, ‘espoliados’ –, embora refletisse diferentes sensibilidades e experiências da descolonização, não amainou nem a luta por pertencças sociais díspares, nem a luta pelas definições identitárias” (Meneses, 2013, p. 99).

⁶ Judite Canha Fernandes ganhou reconhecimento literário com o seu romance de estreia, *Um passo para sul*, que tem sido também nomeado como melhor livro de ficção narrativa em 2019 pela Sociedade Portuguesa de Autores e foi semifinalista no Prêmio Oceanos em 2020. De acordo com Miguel Real, *para primeiro romance Um passo para sul é, sem exagero, perfeito*. (REAL, 2019) A escritora nasceu em Funchal, na Ilha da Madeira, e foi criada em Ponta Delgada, em Cabo Verde. É doutora em Ciência da Informação e pós-graduada em Ciências Documentais, Biblioteca e Arquivo.

Marilisa, uma jovem que busca desvendar a identidade do pai; Ângela, uma mulher que quer acertar as contas com o passado; Josué, um homem que almeja conhecer a mulher de sua vida e Olívia Maria, uma mulher de idade avançada que deseja apenas dançar e não ser serva de ninguém. Deste modo, a autora constrói uma teia de acontecimentos entre os personagens, cujos caminhos vão se encontrando e se cruzando à medida que a narrativa avança.

Construído de maneira fragmentada, o romance exige do leitor atenção redobrada ao acompanhar a trajetória e os deslocamentos dos personagens ao longo da narrativa, já que eles estão constantemente se locomovendo (os acontecimentos descritos na obra se intercalam entre Lisboa e os arquipélagos dos Açores, Cabo Verde, Madeira e São Tomé e Príncipe) e temporalmente (a narrativa não segue o tempo cronológico, há momentos de suspensão, em outros há recuos para diferentes épocas, além disso, há vários capítulos de interrupções, ou melhor, “intervalos” da narrativa propriamente dita). A trama se assemelha a um “puzzle narrativo, de que o leitor reconstrói a unidade de sentido” (REAL, 2019), desvendando a trama ao juntar todas as peças do jogo.

Marilisa, uma jovem negra que passou a vida sob o estigma de ser uma criança de pai desconhecido, emerge como uma personagem notável em *Um passo para sul*, sua singularidade reside em sua recusa em conformar-se ao padrão tradicionalmente estabelecido para as mulheres da sua comunidade. Ela desafia essa norma ao expressar abertamente seus pensamentos e opiniões, recusando-se a permanecer em silêncio, algo que é negado, por diversos motivos, à maioria das mulheres retratadas no romance. Uma das questões que a jovem questiona é a visão distorcida da colonização, que ainda persiste no imaginário de muitos:

A versão masculina verdadeiramente ignóbil é o grande colono, evidentemente. Esse, que a cada oportunidade lembra como aquele país tinha saído da imaginação de Portugal, como Portugal tinha “descoberto” o mundo, como os brancos às vezes tinham de ser duros porque a “malta dali...”, enfim “tinham de admitir que aquilo que gostavam mesmo era de dançar”.

– Já trabalhar... – E punham um sorrisinho que achavam ser cúmplice.

Em sua trajetória literária, a autora passou por diversos gêneros, como ficção (contos e romances), teatro e poesia. Seu livro de poesia intitulado *o mais difícil do capitalismo é encontrar o sítio onde pôr as bombas* foi semifinalista no Prêmio Oceanos em 2018. Foi contemplada com a bolsa da DGLAB em 2020 e, como resultado, publicou o seu segundo romance, *Terramoto*. Em julho de 2023, a escritora participou da Residência Literária de Flipoços (Festa Literária Internacional de Poços de Caldas) e lançou seu mais recente livro, intitulado *Carta de amor ao pesadelo*. Em novembro do mesmo ano, participou da FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty).

Neste ano, nós a festejar os quarenta anos de independência – o tal número redondo, 1975-2015 – , cinquenta ou sessenta horas de trabalho para salário de nada, a pergunta do grande colono é inevitável:

– Será que estão mesmo melhor? – acompanhada do referido sorrisinho e seguido do piscar de olho de quem sabe que não, evidentemente.

Racistas de merda. Trabalhar numa agência de viagens tem custos elevados de paciência, de facto. Somos verdadeiras budas.

Enquanto isso, entre nós, festeja-se loucamente o que mal se fala na escola: a independência. O que é isso de independência? Alguém realmente sabe? Nós nunca fomos dependentes. Fomos colonizados. Portugal, na verdade, estava tão dependente de nós que não nos queria dar a liberdade por nada. Ou seja... como é que explico isto? Entendo e não entendo o vocábulo, saboreio na mesma esta palavra torcida, concedo, mas considero a sua etimologia mal estruturada (Fernandes, 2019, p.101).

Neste trecho, com certo sarcasmo, Marilisa expõe sua crítica à narrativa colonial que romantiza a dominação e exploração de territórios colonizados. Além disso critica os portugueses que, de forma condescendente e racista, menosprezam o trabalho dos cabo-verdianos e sua busca por independência.

A narradora destaca a ironia de como, após 40 anos de independência, os portugueses ainda fazem perguntas condescendentes sobre o progresso de Cabo Verde e fazem insinuações de que a situação não melhorou.

Marilisa também discute a ideia de independência e como ela é festejada em Cabo Verde, apesar de a palavra “independência” ser muitas vezes mal compreendida ou mal definida. Ela argumenta que Cabo Verde nunca foi verdadeiramente dependente, mas sim colonizado, e que Portugal relutava em conceder a liberdade devido à sua própria dependência dos recursos dos colonizados. A ironia e o sarcasmo permeiam essa análise, evidenciando a complexidade das relações coloniais.

Maria Paula Meneses considera que

Para além da sua função legitimadora, a ideia de missão civilizacional, que ainda perdura em várias interpretações de cariz paternal e luso tropicalista, integra se numa visão em que o africano permanece refém do seu primitivismo, do seu atraso. E nessa visão, é lhe recusada inclusivamente a autoria plena dos seus anseios e projetos nacionalistas (Meneses, 2013, p. 100).

Observamos, ainda que de uma forma mais sutil que na obra de Isabela Figueiredo, a complexidade das questões raciais e de identidade no romance de Judite Canha Fernandes. Em outra passagem, Marilisa expressa seu profundo desagrado com a ideia de que o alto nível mental dos cabo-verdianos é uma prova

da excelência da colonização portuguesa.: “– Ouve esta frase: ‘O alto nível mental dos cabo-verdianos é, há muito, uma das maiores provas da excelência da colonização’. É difícil dizer isto e não cuspir. E tanta gente, tanta intelectualidade, foi cúmplice. Ainda é” (Fernandes, 2019, p. 158). Ao expressar sua repulsa, expõe sua crítica à narrativa colonial que romantiza a dominação e exploração de territórios colonizados.

A narradora também aponta que muitos intelectuais foram cúmplices na perpetuação dessas ideias, indicando a complexidade das questões de identidade e colonização que permeiam a sociedade cabo-verdiana. Neste trecho, a narradora expõe as percepções e preconceitos que muitas vezes são aplicadas às pessoas com base em sua raça e lugar de origem, determinando uma hierarquia de saberes. Inocência Mata questiona esta lógica de construção de saberes “ocidentalocêntrica” e afirma “que as experiências culturais dos subalternos – dos povos colonizados –, as suas construções culturais são relegadas a um secundário lugar rotulado como “saber local”, que a tradição ilosóica ocidental não considera relevante” (Mata, 2020, p. 29).

De maneira similar, Josué, outro personagem importante no romance, apresenta uma crítica contundente à exploração portuguesa em uma das cartas à sua amada:

(...) As mulheres foram contratadas para procriar braços, tal como tantos anos antes, no princípio, quando eram trazidas para servir os prazeres dos machos brancos a viver longe da metrópole. Com as fomes de quarenta vieram ainda mais mulheres para apaziguar os homens. Que país negocia atolado em fome? Que tinham senão o corpo, eles e elas, para lhes dar de comer? Escrevo isto e arrependo-me mal sai a última letra. Como se numa frase quisesse justificar o uso destes corpos, o abuso nas suas piores formas, a violação e a escravatura (Fernandes, 2019, p.29).

Nesta passagem, ele começa descrevendo como as mulheres negras foram contratadas para “procriar braços”, o que sugere que elas foram tratadas como objetos de prazer e como instrumentos para o benefício dos homens brancos, que viviam longe da metrópole. Josué questiona retoricamente que o país negociaria em meio à fome, sugerindo que a exploração do corpo das mulheres era uma resposta desesperada às condições adversas.

No entanto, o personagem expressa arrependimento após escrever essa descrição, reconhecendo a inadequação de tentar justificar ou amenizar o uso dos corpos como uma forma de sobrevivência. Ele menciona “o abuso nas suas piores formas, a violação e a escravatura”, ressaltando a crueldade da colonização e a exploração física e sexual da população negra como uma manifestação extrema dessa brutalidade. Essa passagem é uma crítica poderosa, destacando a necessidade de confrontar o passado colonial de maneira franca e crítica.

Considerações finais

Identificamos algumas semelhanças entre as duas obras: a perspectiva feminina sobre eventos em suas vidas e o contexto histórico e social, incluindo menções a eventos significativos como as *Guerras Coloniais* ou *Guerras de Independência* das antigas colônias na África.

Ao compartilhar suas memórias, Isabela Figueiredo propõe uma ressignificação e uma análise crítica de um passado colonial, principalmente ao abordar o racismo estrutural, a opressão e a violência sofrida pelas populações negras por parte dos colonos brancos em Moçambique.

Por outro lado, *Um passo para sul* realiza uma crítica incisiva não apenas ao colonialismo europeu, mas também ao racismo e ao paternalismo que caracterizaram a relação entre Portugal e suas antigas colônias, principalmente Cabo Verde, ao longo da história. O romance destaca a importância de desafiar as narrativas distorcidas e compreender as nuances das questões de identidade e independência em contextos pós-coloniais.

A análise dos trechos dos romances destaca a desumanização, a exploração física, sexual e econômica e a desigualdade racial que eram comuns nos períodos mencionados. As duas obras também demonstram como a literatura pode ser uma ferramenta poderosa para explorar e confrontar questões sociais e culturais complexas.

SALLES, P. E. A. Representations of violence in Isabela Figueiredo and Judite Canha Fernandes. *Itinerários*, Araraquara, n. 59, v. 2, p. 151-165, jul./dez. 2024.

■ **ABSTRACT:** *Over the centuries, violence has been minimized and accepted by society, and this was no different in Portugal's recent history. After the April 25th Revolution, the country experienced a period of economic, social, and political instability and had to face the processes of independence of its former African colonies, which, after years of struggle and conflict, finally achieved freedom. This article aims to show how some violent practices in these former colonies, specifically in Mozambique and the Cape Verde archipelago, were tolerated and naturalized by Portuguese society, and to challenge the myth of the non-racist and cordial Portuguese, which still persists today. In this way, we propose to analyze two contemporary Portuguese literary works that portray this period: *Caderno de Memórias Coloniais* (2009) by Isabela Figueiredo, and the novel *Um Passo para Sul* (2018) by Judite Canha Fernandes.*

■ **KEYWORDS:** *Contemporary Portuguese literature. Violence. Isabela Figueiredo. Judite Canha Fernandes. Female authorship.*

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BELONIA, Cinthia da Silva. **As várias faces do colono português em Caderno de memórias coloniais e Crônica da Rua 513.2**. Orientador: Silvio Renato Jorge. 2019. 195 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2019.

BUTLER, Judith. **A força da não-violência**. Tradução de Hugo Barros. 1.ed. Lisboa: Edições 70, 2021.

FERNANDES, Judite Canha. **Um passo para Sul**. Lisboa: Gradiva, 2019.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2018.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2017.

JORGE, Silvio Renato. As fotografias de um caderno: passeio pelas memórias coloniais de Isabela Figueiredo. **Metamorfoses: Revista de Estudos Literários Luso-Afro-brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 54-64, 2015.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocênicas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 27-42, 2020.

MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina. **Regressos? Os retornados na (des) colonização portuguesa. As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados**, p. 59-107, 2013.

PROENÇA, Pedro Augusto de Oliveira Cuadrado. **O legado da nossa miséria em comum: representações da miséria pessoal e nacional em O Esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes, e em Leite Derramado, de Chico Buarque**. Orientadora: Aparecida de Fátima Bueno. 2022. 190 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2022.

REAL, Miguel. Judite Canha Fernandes: A língua portuguesa a gostar dela própria. **Jornal de Letras**. 2019. Disponível em: https://juditecanhafernandes.files.wordpress.com/2021/03/miguelreal_critica-converted1.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

RIBEIRO, Margarida Calafate. O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura contemporânea portuguesa. In: BRUGIONI, Elena et al. **Itinerâncias Percursos e Representações da Pós-colonialidade**. Porto: Edições Húmus, 2012. p. 89-100.

ROSAS, Fernando. Estado Novo, Império e ideologia imperial. **Revista de História das Ideias**, Coimbra: Universidade de Coimbra, v.17, p. 19-32, 1995.

